



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de São José do Cedro
Edital de Concurso Público nº 02/2021



CADERNO DE PROVAS

Cargo	Prova Tipo
PROCURADOR MUNICIPAL	1

➤ **AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE PROVAS.**

Leia atentamente as instruções abaixo:

- ✓ O candidato deverá OBRIGATORIAMENTE observar as medidas sanitárias de segurança à prevenção de contaminação e disseminação do COVID-19.
- ✓ Deixe sobre a carteira apenas o documento de identificação e a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, feita de material transparente.
- ✓ Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos.
- ✓ Verifique se:
 - No seu cartão resposta, o tipo de prova destacado corresponde ao mesmo tipo de prova constante no caderno de prova que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a conferência do tipo de prova constante no cartão resposta e no caderno de prova.
 - Sua prova é para o cargo ao qual se inscreveu e se a mesma contém **35 questões**, numeradas de **1 à 35**. Caso contrário, informe imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores por falha de impressão e/ou total de questões.
- ✓ Preencha o **Cartão Resposta**, com as informações solicitadas.
- ✓ Para cada questão existe apenas **uma** resposta certa. A resposta certa deve ser marcada no **Cartão Resposta**.
- ✓ Segue demonstrado a forma correta de preencher o **Cartão Resposta**: ●
- ✓ As marcações duplas, rasuradas ou marcadas diferente do modelo acima, ocasionará a anulação da questão.
- ✓ É de responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados do **Cartão Resposta**.
- ✓ A prova terá duração de **03h00min**, incluído neste horário, o tempo para o preenchimento do **Cartão Resposta**.
- ✓ A saída da sala só poderá ocorrer após decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas.
- ✓ Ao sair da sala, entregue o **Cartão Resposta** ao fiscal da sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.
- ✓ Não é permitido o uso do banheiro após entregar seu Cartão Resposta.

Boa prova!

Rascunho do gabarito:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35						



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de São José do Cedro
Edital de Concurso Público nº 02/2021



Conhecimentos Específicos

Questão 01

Assinale a opção CORRETA a respeito da instituição e cobrança de taxas.

- (A) Serviço público prestado pelo estado, sendo de utilização compulsória, mesmo que não usufruído efetivamente e desde que específico e divisível, será fato gerador de preço público, e não de taxa.
- (B) É constitucional a cobrança de taxa de matrícula em universidade pública.
- (C) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- (D) Será remunerada por taxa a prestação compulsória do serviço de iluminação pública.

Questão 02

A respeito da disciplina dos precatórios, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao dobro do fixado em lei para as Requisições de Pequeno Valor, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.
- (B) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- (C) Para fins dos limites da dívida pública, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida pública consolidada.
- (D) A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.

Questão 03

Acerca dos atos administrativos, de acordo com a doutrina clássica e majoritária, marque a alternativa CORRETA.

- (A) Quanto a um determinado ato considerado vinculado exercido pelo administrador público, pode-se dizer que o administrador público tem o poder de escolha entre múltiplos caminhos.
- (B) Ato administrativo vinculado que tenha vício de competência poderá ser convalidado por meio de ratificação, desde que não seja de competência exclusiva.
- (C) A administração pública poderá revogar atos administrativos que possuam vício que os torne ilegais, ainda que o ato revogatório não tenha sido determinado pelo Poder Judiciário.
- (D) São atributos dos atos administrativos finalidade, sujeito, objeto, motivo e forma.

Questão 04

A respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, é CORRETO afirmar que:

- (A) Admite a extensão da legitimidade ativa a tantos quantos forem os cidadãos que tiverem seus direitos individuais afetados por ato do Poder Público lesivo a preceito fundamental.
- (B) É cabível na hipótese de Lei municipal editada anteriormente à Constituição e com ela incompatível.
- (C) Se deve pedir a declaração de constitucionalidade da lei ou ato normativo federal ou estadual.
- (D) A inconstitucionalidade questionada nessa ação deve ser direta em relação à Constituição, ato normativo federal ou estadual, excluídas as leis municipais, bem como os atos posteriores à Constituição de 1988.

Questão 05

Em relação ao tema Tutela Provisória, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando, dentre outras hipóteses, as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de São José do Cedro
Edital de Concurso Público nº 02/2021



- (B) No procedimento de tutela cautelar requerida em caráter antecedente, o réu será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- (C) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.
- (D) Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável.

Questão 06

A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É vedada a intervenção de terceiros no controle de constitucionalidade difuso e do *amicus curiae* no controle concentrado.
- (B) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente citado na ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) O Supremo Tribunal Federal é o único órgão legitimado a realizar o controle difuso de leis e atos normativos em face da Constituição Federal.
- (D) Não se admite a desistência na ação direta de inconstitucionalidade.

Questão 07

Em relação ao cumprimento de sentença, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Se o cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia for formulado após 1 (um) ano do trânsito em julgado da sentença, a intimação será feita na pessoa do advogado constituído nos autos.
- (B) O cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento.
- (C) Em se tratando de cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, não ocorrendo pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.

- (D) O cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á a requerimento do exequente ou pelo juiz, de ofício.

Questão 08

Considerando o disposto no direito brasileiro, assinale a alternativa CORRETA sobre o mandado de segurança.

- (A) Cabe mandado de segurança contra lei em tese.
- (B) Cabe recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça em face de decisão denegatória proferida em mandado de segurança decidido em única instância pelos tribunais de justiça dos Estados.
- (C) A concessão de mandado de segurança produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito.
- (D) É cabível o writ para declaração do direito a compensação de créditos tributários, e nesse caso, não é vedada a liminar.

Questão 09

A respeito do recurso de Apelação, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A apelação da sentença que extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado possui efeito suspensivo automático.
- (B) Quando reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, o tribunal determinará o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.
- (C) As questões de fato não propostas no juízo inferior poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
- (D) O pedido de concessão de efeito suspensivo nas hipóteses de sentença que concede tutela provisória poderá ser formulado por requerimento dirigido ao Tribunal, se já distribuída a apelação.

Questão 10

Acerca dos bens públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nas hipóteses em que a alienação de bens públicos imóveis depender da realização de procedimento licitatório, em regra, a modalidade será o leilão.
- (B) No caso de sentença judicial transitada em julgado que imponha créditos contra a fazenda pública municipal, o pagamento efetuar-se-á por meio de precatórios, conforme o disposto na CF, uma vez



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de São José do Cedro
Edital de Concurso Público nº 02/2021



que os bens públicos não estão sujeitos aos efeitos jurídicos do regime da penhora.

- (C) O fechamento de rua para a realização de quadrilha junina comunitária caracteriza autorização de uso, ato pelo qual a administração consente, a título precário, que particulares se utilizem de bem público de modo privativo, atendendo primordialmente a seus próprios interesses.
- (D) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Questão 11

Em relação aos contratos administrativos, conforme a Lei 8.666/1993, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O poder de fiscalização constitui cláusula exorbitante e o seu exercício não reduz a responsabilidade do particular por eventuais danos causados a terceiros.
- (B) O direito à revisão do contrato não depende de previsão expressa no instrumento contratual.
- (C) A prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras não é obrigatória, mas quando exigida é opção do contratado optar por uma das suas modalidades legais.
- (D) Em decorrência do princípio da supremacia da Administração, as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

Questão 12

A respeito da responsabilidade civil do Estado, marque a alternativa INCORRETA.

- (A) Na hipótese de um veículo particular transpassar indevidamente um sinal vermelho e colidir com veículo oficial do Município que, por sua vez, estava trafegando na contramão de direção, não haverá exclusão da responsabilidade do Estado, mas atenuação.
- (B) As sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica respondem objetivamente por danos que seus agentes nesta qualidade causaram a terceiros, por força do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.
- (C) Nas ações de indenizações por danos morais, a correção monetária deve ser calculada a partir da data do arbitramento, e os juros de mora, a partir do evento danoso.

- (D) É possível a cumulação de indenizações por dano material e dano moral que decorram de um só fato.

Questão 13

A respeito do recurso de Agravo de Instrumento, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Não cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre exclusão de litisconsorte.
- (B) Referida espécie recursal não é dispensada do pagamento de custas.
- (C) Não sendo eletrônicos os autos, o agravante requererá a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso, no prazo de 3 (três) dias a contar da interposição do agravo de instrumento.
- (D) Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo de instrumento.

Questão 14

Em matéria de responsabilidade ambiental, marque a alternativa INCORRETA.

- (A) Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.
- (B) Infrator que cometa, simultaneamente, duas infrações administrativas ambientais, para as quais sejam previstas sanções diferentes, estará sujeito à aplicação da sanção cominada à infração mais grave, com aumento de pena de 1/3.
- (C) As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.
- (D) Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.

Questão 15

Considerando as limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a opção INCORRETA.

- (A) A União não pode instituir tributos de nenhuma natureza sobre o patrimônio dos municípios.
- (B) Conforme dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que, de acordo com a anterioridade nonagesimal, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de São José do Cedro
Edital de Concurso Público nº 02/2021



antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou majorou.

- (C) É vedado aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- (D) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

Questão 16

A respeito do tema decadência e prescrição tributárias, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Nos termos do Código Tributário Nacional, diferencia-se a prescrição da decadência, pois com a decadência ocorre a extinção do crédito tributário, já com a prescrição não se extingue o crédito tributário, mas o direito de ação da Fazenda pública.
- (B) Até que ocorra a prescrição dos créditos tributários, os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal devem ser conservados, mas não os comprovantes dos lançamentos neles efetuados.
- (C) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, interrompendo-se a contagem, dentre outras hipóteses, pela citação em execução fiscal, nos termos do Código Tributário Nacional.
- (D) Nos tributos lançados por homologação, a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco. Assim, não pago o tributo em seu vencimento, passa a contar o prazo prescricional para a cobrança do débito tributário.

Questão 17

Relativo a serviços públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Compete à Justiça Federal julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, mesmo quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, ou oponente.
- (B) A taxa é remuneração paga pelo usuário quando o serviço público específico e divisível é prestado indiretamente, por delegação, nos casos de concessão e permissão.

- (C) A prestação do serviço público nunca pode ser interrompida por inadimplemento do usuário no pagamento das tarifas, em razão do princípio da continuidade do serviço público.
- (D) Quando se tratar da prestação de serviços dos quais a administração pública seja a usuária direta ou indireta, poderá ser celebrado contrato de parceria público-privada na modalidade concessão administrativa.

Questão 18

A respeito da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico são obrigadas a ter plano diretor.
- (B) A lei municipal que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada quinze anos.
- (C) Não se admite, em quaisquer hipóteses, a aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota.
- (D) O plano diretor, instituído mediante decreto municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Questão 19

Em relação a Fazenda Pública em juízo, marque a alternativa CORRETA:

- (A) Quando do cumprimento de sentença que impõe uma obrigação de pagar, a Fazenda será intimada para impugnação, e o prazo previsto no CPC será contado em dobro.
- (B) A intimação pessoal dos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública far-se-á de forma diversa da prevista para os membros da Advocacia Pública.
- (C) Em razão do interesse público envolvido, é obrigatória a intervenção do Ministério Público em todas as ações indenizatórias propostas contra a Fazenda Pública.
- (D) Os Municípios gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, mas tal prerrogativa não é aplicável quando a lei de estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

Questão 20

De acordo com a Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), o instituto que confere ao poder público municipal preferência para aquisição de imóvel



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de São José do Cedro
Edital de Concurso Público nº 02/2021



urbano objeto de alienação onerosa entre particulares é denominado:

- (A) Direito de preempção.
- (B) Direito de superfície.
- (C) Desapropriação.
- (D) Outorga onerosa do direito de construir.

Língua Portuguesa

TEXTO 01

O texto abaixo servirá de base para responder as questões de 21 a 30.

As polêmicas que rondam as grandes plataformas digitais

Comportamento fragiliza publicidade, imprensa e liberdade de expressão

Dudu Godoy, 25.mar.2021

As transformações promovidas pela tecnologia, destacadamente com o surgimento das grandes plataformas digitais, já garantiram a alcunha de que este é o novo capitalismo, composto por gigantes que atuam com buscadores e redes sociais.

Movimentando bilhões de dólares globalmente, essas plataformas tornaram-se não só um negócio bilionário, mas também alvo de questionamentos sobre os deveres e direitos de suas atividades, com implicações nas práticas de concorrência e no cumprimento das regras e normas que regem mercados em âmbito global.

Uma dessas polêmicas diz respeito à remuneração do conteúdo jornalístico por parte dessas plataformas, que reproduzem os conteúdos da imprensa e angariam publicidade e anunciantes com base neles, mas sem remunerar os veículos -batalha que também ocupa a cena nacional devido ao inquérito administrativo aberto pela ANJ (Associação Nacional de Jornais) contra o Google.

Mas há outra questão que afronta a regra que ajudou a fortalecer essa indústria: a de que a publicidade deve remunerar veículos e agências com base nas normas-padrão estabelecidas pelo sistema de autorregulação do Cenp (Conselho Executivo das Normas-Padrão), que, até aqui, impediu a concorrência predatória e garantiu a sustentabilidade da atividade, com transparência e ética.

É conhecido que cerca de 80% do faturamento dessas plataformas provém da publicidade, e o restante, de serviços. Basta ver o número de anúncios que perseguem os usuários para saber que acessar essas plataformas tem um custo, e ele é coberto pelos anunciantes.

Embora seja visível que atuam como veículos de comunicação -ou seja, veiculam conteúdo e vendem publicidade-, o modelo de operação das plataformas contraria as normas-padrão de remuneração praticadas há mais de duas décadas sob a alegação de que não são veículos. Mas como definir um negócio cuja receita provém 80% da venda de publicidade e veiculação de conteúdo? Se não são veículos, parece se tratar de falácia de nomenclatura -assim como alguns termos mudaram sem que a essência da atividade deixasse de ser a descrita pelas novas nomenclaturas.

Com o agravante de que, aqui, falamos de regras estabelecidas para definir obrigações financeiras com as partes de toda uma cadeia e, assim, evitar que o poder dos mais fortes se sobreponha a um sistema justo e sustentável.

Mesmo ignorando o impacto financeiro sobre os negócios das agências e dos veículos -desfavorecidos por uma concorrência fora do parâmetro da indústria-, ainda temos a questão da liberdade de expressão, ameaçada sob o aspecto econômico, pois a sobrevivência dos veículos e da imprensa depende dos anúncios, e os veículos que seguem as regras acabam ameaçados de perder receita, ao contrário dos que não as seguem.

Está em questão em que medida a disrupção tecnológica que essas plataformas trouxeram justifica a implosão de normas aprimoradas por toda uma indústria ao longo de décadas, como se o simples fato de serem novas tecnologias justificasse o não enquadramento a essas normas, e em que medida se justifica a defesa de uma suposta liberdade comercial cujo objetivo último é garantir o lucro máximo apenas para essas plataformas, sem observar a sustentabilidade de toda a cadeia, e com impacto direto sobre agências e veículos de comunicação.

Esse comportamento fragiliza essa indústria e gera um impacto negativo sobre os negócios da própria imprensa e a liberdade de expressão, que só pode existir com veículos fortes e independentes.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de São José do Cedro
Edital de Concurso Público nº 02/2021



<https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2021/03/as-polemicas-que-rondam-as-grandes-plataformas-digitais.shtml> Acessado em 30/03/2021

Questão 21

A partir de análise sintática, é CORRETO afirmar que o enunciado do título, "As polêmicas que rondam as grandes plataformas digitais" possui:

- (A) Oração subordinada adverbial concessiva.
- (B) Uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- (C) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
- (D) Oração subordinada substantiva objetiva indireta.

Questão 22

Assinale abaixo a alternativa em que o termo destacado está sendo usado no seu sentido conotativo:

- (A) "Se não são **veículos**, parece se tratar de falácia de nomenclatura - assim como alguns termos mudaram sem que a essência da atividade deixasse de ser a descrita pelas novas nomenclaturas." (sexto parágrafo)
- (B) "essas plataformas tornaram-se não só um negócio bilionário, mas também **alvo** de questionamentos sobre os deveres e direitos de suas atividades." (segundo parágrafo)
- (C) "impediu a **concorrência predatória** e garantiu a sustentabilidade da atividade, com transparência e ética." (quarto parágrafo)
- (D) "algunha de que este é o **novo capitalismo**, composto por gigantes que atuam com buscadores e redes sociais." (primeiro parágrafo)

Questão 23

Assinale abaixo a alternativa que apresenta apenas elementos coesivos, ou seja, elementos estratégicos na retomada de temas tratados anteriormente e na progressão dos parágrafos, retirados do texto jornalístico:

- (A) "Esse comportamento" (décimo parágrafo); "Embora" (sexto parágrafo); "com impacto direto" (nono parágrafo); "80% do faturamento dessas plataformas". (quinto parágrafo)
- (B) "que essas plataformas" (nono parágrafo); "Embora" (sexto parágrafo); "Mas" (quarto parágrafo); "Uma dessas polêmicas". (terceiro parágrafo)

- (C) "Mas" (quarto parágrafo); "Embora" (sexto parágrafo); "Basta" (quinto parágrafo); "sobre agências e veículos de comunicação". (nono parágrafo)
- (D) "Movimentando" (segundo parágrafo); "Mas" (quarto parágrafo); "Embora" (sexto parágrafo); "É conhecido". (quinto parágrafo)

Questão 24

Sobre os usos da crase no texto jornalístico, assinale a alternativa que explica corretamente a regra gramatical de cada caso analisado:

- (A) "garantiu a sustentabilidade da atividade" O uso do acento grave nesse caso é facultativo porque o verbo garantir possui transitividade direta e indireta, como "garantir algo a alguém."
- (B) "Uma dessas polêmicas diz respeito à remuneração do conteúdo jornalístico" O uso do acento grave nesse caso é facultativo porque "respeito" é um substantivo.
- (C) "ao contrário dos que não **as** seguem." Não há acento grave nesse caso porque trata-se apenas do artigo feminino plural.
- (D) "Mas há outra questão que afronta a regra que ajudou **a** fortalecer essa indústria: **a** de que a publicidade deve remunerar veículos e agências" Não há acento grave nesse caso porque a preposição e o artigo feminino estão separados por dois pontos.

Questão 25

É sabido que todo discurso recorre à intertextualidade e à polifonia para constituir-se, uma vez que seu surgimento nunca é uno, mas sempre está entrelaçado a outros dizeres, textos e discursos. Nesse sentido, assinale abaixo a alternativa em que NÃO é possível averiguar-se a polifonia:

- (A) "o modelo de operação das plataformas contraria as normas-padrão de remuneração praticadas há mais de duas décadas sob a alegação de que não são veículos." (sexto parágrafo)
- (B) "a de que a publicidade deve remunerar veículos e agências com base nas normas-padrão estabelecidas pelo sistema de autorregulação do Cenp (Conselho Executivo das Normas-Padrão)." (quarto parágrafo)
- (C) "batalha que também ocupa a cena nacional devido ao inquérito administrativo aberto pela ANJ (Associação Nacional de Jornais) contra o Google." (terceiro parágrafo)



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de São José do Cedro
Edital de Concurso Público nº 02/2021



- (D) "Esse comportamento fragiliza essa indústria e gera um impacto negativo sobre os negócios da própria imprensa e a liberdade de expressão." (décimo parágrafo)

Questão 26

Com base na leitura do texto jornalístico acima, é CORRETO AFIRMAR que a tese presente no mesmo é a de que:

- (A) "Está em questão em que medida a disrupção tecnológica que essas plataformas trouxeram justifica a implosão de normas aprimoradas por toda uma indústria ao longo de décadas." (nono parágrafo)
- (B) "[...]Essas plataformas tornaram-se não só um negócio bilionário, mas também alvo de questionamentos sobre os deveres e direitos de suas atividades, com implicações nas práticas de concorrência e no cumprimento das regras e normas que regem mercados em âmbito global." (segundo parágrafo)
- (C) "[...]Há outra questão que afronta a regra que ajudou a fortalecer essa indústria: a de que a publicidade deve remunerar veículos e agências com base nas normas-padrão estabelecidas pelo sistema de autorregulação do Cenp (Conselho Executivo das Normas-Padrão)." (quarto parágrafo)
- (D) "Como se o simples fato de serem novas tecnologias justificasse o não enquadramento a essas normas, e em que medida se justifica a defesa de uma suposta liberdade comercial cujo objetivo último é garantir o lucro máximo apenas para essas plataformas." (nono parágrafo)

Questão 27

A partir da leitura do texto jornalístico acima, é CORRETO AFIRMAR que seu tema central seja:

- (A) "Comportamento fragiliza publicidade, imprensa e liberdade de expressão".
- (B) "remuneração do conteúdo jornalístico por parte dessas plataformas, que reproduzem os conteúdos da imprensa e angariam publicidade e anunciantes com base neles, mas sem remunerar os veículos".
- (C) "o número de anúncios que perseguem os usuários para saber que acessar essas plataformas tem um custo, e ele é coberto pelos anunciantes".

- (D) "As polêmicas que rondam as grandes plataformas digitais".

Questão 28

Sabe-se que o sujeito sintático da oração é muito importante na construção dos objetos de discurso de um texto. Assinale abaixo, portanto, a alternativa que NÃO apresenta o sujeito sintático dentre as orações recortadas do texto jornalístico:

- (A) "o modelo de operação das plataformas." (sexto parágrafo)
- (B) "ainda temos a questão da liberdade de expressão." (oitavo parágrafo)
- (C) "a disrupção tecnológica que essas plataformas trouxeram." (nono parágrafo)
- (D) "à remuneração do conteúdo jornalístico por parte dessas plataformas." (terceiro parágrafo)

Questão 29

A partir da leitura do texto jornalístico acima, é CORRETO considerar que o mesmo é:

- (A) Um artigo de opinião.
- (B) Uma notícia.
- (C) Uma reportagem.
- (D) Um editorial.

Questão 30

A partir da leitura do texto, assinale abaixo a alternativa que elenca as estratégias discursivas utilizadas para construir argumentos objetivos e neutros:

- (A) "**Mas há outra questão** que afronta a regra que ajudou a fortalecer essa indústria." (quarto parágrafo)
- (B) "**É conhecido que cerca de 80% do faturamento dessas plataformas** provêm da publicidade, e o restante, de serviços." (quinto parágrafo)
- (C) "**Embora seja visível que atuam como veículos de comunicação**, ou seja, veiculam conteúdo e vendem publicidade." (sexto parágrafo)
- (D) "Esse comportamento **fragiliza** essa indústria e gera um **impacto negativo** sobre os negócios da própria imprensa." (décimo parágrafo)



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de São José do Cedro
Edital de Concurso Público nº 02/2021



Conhecimentos Gerais

Questão 31

Analise os itens abaixo e classifique-os como (V) verdadeiros ou (F) falsos, de acordo com a Lei Orgânica de São José do Cedro que determina sobre as vedações impostas aos servidores públicos municipais.

() Exercer cargo ou função pública para o qual não concursado ou admitido, salvo nos casos previstos em lei.

() Recusar a participação no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa.

() Atividade político-partidária nas horas e locais de trabalho de todos quantos prestam serviços ao Município.

() A acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horário.

Após análise, marque a alternativa CORRETA.

- (A) V, F, V, V.
- (B) V, F, F, V.
- (C) V, F, V, F.
- (D) F, F, V, V.

Questão 32

"O diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, disse nesta quarta-feira (24 de março) que o Instituto concluiu o envio dos documentos exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na solicitação para realizar um estudo clínico do soro anticoronavírus, desenvolvido pelo instituto desde o ano passado a partir do plasma de cavalos. (<https://g1.globo.com>) Muito se tem ouvido falar nos últimos tempos sobre a vacina, mas o soro algumas pessoas não conhecem. Para que serve este tipo de soro?

- (A) Para amenizar os sintomas em pessoas que já foram infectadas.
- (B) Para impedir que o indivíduo seja infectado.
- (C) Para curar os pacientes infectados.
- (D) Para impedir que o indivíduo seja infectado pela segunda vez.

Questão 33

"Entende-se que para ter uma existência plena, com condições de desenvolver-se em toda a sua capacidade humana, o indivíduo necessita, dentre outras coisas, de moradia, educação, liberdade, segurança, saneamento básico e trabalho." (<https://www.todamateria.com.br>) Muitas são as leis e convenções estabelecidas a nível mundial para tratar de tais garantias. A partir deste movimento surgiu o conceito de:

- (A) Direitos Coletivos.
- (B) Direitos Humanos.
- (C) Direitos Individuais.
- (D) Direito Público.

Questão 34

A Lei Orgânica do Município de São José do Cedro, em seu artigo 4º diz que: "São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo", mas o parágrafo único deste artigo deixa claro que:

- (A) É vedada a delegação de competência entre os Poderes.
- (B) A delegação de competência entre os Poderes só será permitida após criação de lei específica.
- (C) Fica a cargo do Poder Executivo delegar competências ao Legislativo.
- (D) Sempre haverá delegação de competência entre os Poderes.

Questão 35

A colonização do município de São José do Cedro foi feita basicamente por:

- (A) Italianos e Portugueses.
- (B) Portugueses e Espanhóis.
- (C) Italianos e Alemães.
- (D) Alemães e Portugueses.